



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

Local: Auditório da CAAPSMEL.

Data: 21 de março de 2013.

Horário: 09h 00min

1 Aos vinte e um dias do mês de março de dois mil e treze, no auditório da CAAPSMEL – Caixa de
 2 Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Londrina, realizou-se a Reunião Ordinária do
 3 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Estiveram presentes os seguintes
 4 conselheiros do CMDCA: **Conselheiros Titulares:** Patrícia Grassano Pedalino, Nanci Skau Kemmer
 5 de Moraes, Tércia Lamônica de Azevedo Oliveira, Kátia Marcos Gomes, Kamila Fernanda de Lima e
 6 Silva, Jéferson Aparício Feliciano, Karen Aoki Romero, Laura Ferreira Lago, Simone Leal Peres,
 7 Antônio Irineu Barrinuevo, Cristiana Maria Bastos Vezzoso, Gisele Dobis Toreto. **Conselheiros**
 8 **Suplentes:** Rivandir Andrade, Miriam Pastor, Márcia Terezinha Ponce, Lílian Mara Consolin Poli de
 9 Castro, Edson Antonio de Souza, Dulcelina Aparecida Silveira, Alexandre Sanches de Oliveira.
 10 **Ausências Justificadas:** Laís Rissi, Alexandra Alves José e Sérgio de Souza Barbosa. **Registraram**
 11 **presença:** Denise Maria Fank de Almeida (Assessoria Técnica CMDCA), Magali Batista de Almeida
 12 (Núcleo Espírita Irmã Scheila), Hiléli de Souza Rezende (COL), Ana Paula Cruz de Oliveira (SAI),
 13 Mirko Sando Bressanine (Conselho Tutelar Sul), Salete Aparecida Vivan (APAE), Verônica Sabino
 14 dos Sanros (Conselho Tutelar Sul), Maria Andréa dos Anos (Casa Acolhedora), Rosana C. Barboza
 15 (EPESMEL), Márcia Gonçalves Valim Paiva (EPESMEL), Mônica H. B. Furtado da Costa, Edna Viana
 16 da Silva (Instituto dos Cegos), Marina de Andrade Bábara (Conselho Tutelar Norte), Daiane Adamo
 17 (Guarda Mirim), Gisele de Cássia Tavares (GC/SMAS), Izaura B. Alves (CE Sebastião S. Sarauza),
 18 Sandra Coelho (SMAS). Após verificação do quórum, a reunião foi presidida pela vice-presidente
 19 Nanci Skau Kemmer de Moraes com os seguintes pontos de pauta: **1. Apreciação da Pauta; 2.**
 20 **Apreciação da Ata de 07/03/2013; 3. Apresentação PPA (2014-2017); 4. Projeto OAB; 5.**
 21 **Indicação de um representante junto à Comissão os Telecentros; 6. Relato das Comissões; 7.**
 22 **Articulação das Comissões de Trabalho; 8. Relato do Conselho Tutelar 9. Informes.** 1) A pauta
 23 da reunião foi aprovada com a inclusão de um ponto em relação à discussão referente a periodicidade
 24 de realização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. **2) Apreciação da**
 25 **Ata de 07/03/2013:** não foi realizada, pois o arquivo não estava disponível. **3) Apresentação do PPA**
 26 **2014-2017** por Gisele de Cássia Tavares (Diretoria de Gestão da SMAS): realizou uma apresentação
 27 sobre o PPA, definição e objetivos detalhadamente, objetivando que os conselheiros contribuíssem
 28 com o plano. Informa que o PPA é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma
 29 regionalizada, as diretrizes, objetivos, metas e indicadores da administração pública para um período
 30 de quatro anos. O PPA declara as escolhas pactuadas com a sociedade e contribui para viabilizar os
 31 objetivos fundamentais do governo. É elaborado no primeiro ano de gestão para o período de quatro
 32 anos. O processo de elaboração do PPA envolve a participação da comunidade através da realização
 33 de audiências públicas. Em Londrina, no total serão realizadas 12 audiências, em todas as regiões do
 34 município. Patrícia Grassano Pedalino reforça a importância da comunidade e das entidades nas



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

35 audiências públicas. Os bairros onde as audiências acontecerão já estão definidos, porém, os locais
 36 ainda não. A de hoje será no Jardim Piza, e do dia 26 no Conjunto Lindóia, no Colégio Carlos de
 37 Almeida. Márcia Terezinha Piva considera necessário que haja mobilização das lideranças locais para
 38 o sucesso dos encontros. Gisele de Cássia Tavares continua a apresentação relatando que um
 39 Programa de Governo resulta de conhecimento de carências que se configuram em demandas sociais
 40 e econômicas e da busca de oportunidades inscritas nas prioridades e no traçar de diretrizes
 41 políticas expressas nas Orientações Estratégicas do Governo. No PPA haverá um Programa de
 42 Atendimento a Crianças e Adolescentes que englobe questões mais amplas, baseados em
 43 indicadores e deverá ter ações e metas baseadas nos indicadores apresentados. O nome do referido
 44 Programa que consta no PPA em vigência: Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do
 45 Adolescente. Gisele de Cássia Tavares ressalta que precisa-se pensar em outro nome mais
 46 expressivo. Informa ainda sobre o processo de construção do PPA 2014-2017: começou-se a levantar
 47 informações de diversas áreas sobre Criança e Adolescente no município de Londrina e elaborou-se
 48 um diagnóstico envolvendo aspectos demográficos, situação em relação aos objetivos do milênio,
 49 indicadores complementares de saúde e educação, de violência praticada contra Crianças e
 50 Adolescentes e daquela praticada por Adolescentes, do relatório de gestão e dados do relatório
 51 “Prefeito Amigo da Criança”, além de balizamento pela última Conferência Municipal. Cada aspecto foi
 52 detalhadamente explicado à Plenária do CMDCA. Lílian Mara Consolini Poli de Castro coloca que a
 53 Secretaria de Saúde possui dados em relação ao aleitamento materno que são relacionados à fome e
 54 à miséria que merecem ser englobados ao diagnóstico. Marcia Terezinha Piva expõe que além do
 55 Residencial Vista Bela, há outros projetos habitacionais semelhantes, como o Jardim Nova
 56 Esperança, que também demandam por infra-estrutura e serviços e é importante que também sejam
 57 priorizados no diagnóstico. Gisele Tavares informa que os empreendimentos citados serão incluídos.
 58 Dulcelina Aparecida Silveira faz colocação em relação à participação do Núcleo Regional de
 59 Educação nas reuniões do CMDCA, pois são tratados assuntos diretamente relacionados aquela
 60 instituição. Nanci Skau Kemmer de Moraes informa que o NRE é convidado a participar, mas não
 61 comparecem. Em relação ao PPA, Patrícia Grassano Pedalino sugere que em relação ao número de
 62 óbitos maternos e de nascidos vivos sejam destacadas as porcentagens de mães adolescentes e
 63 adultas, pois há um dado expressivo onde 15% dos partos em Londrina são de mães adolescentes; é
 64 um percentual alto considerando que apenas 4% da população total são adolescentes e meninas.
 65 Gisele reforça que a maioria dos indicadores selecionados, são os do “objetivo do milênio”, e foram
 66 pinçados os relacionados à realidade da criança e adolescente em Londrina. Dulcelina Aparecida
 67 Silveira coloca sobre a inclusão do Programa de Economia Solidária no PPA; Gisele de Cássia
 68 Tavares reforça que no momento é só diagnóstico, que esta é uma proposta de ação que poderá ser
 69 elencada nas ações. Os dados de violência da saúde, do CREAS III e do IML merecem cuidado no
 70 tratamento para não gerar informações duplicadas, atenta Marcia Terezinha Piva, reforçando que tais



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

71 dados não estão consonantes e possivelmente está havendo dificuldades de integração/fluxo. Gisele
 72 de Cássia Tavares passa a apresentar dados demográficos constantes no diagnóstico do PPA: 25,6%
 73 da população de Londrina é de crianças e adolescentes (2010). Patrícia Grassano Pedalino releva
 74 que o número de nascimentos está em decréscimo. Lílian Mara Consolini Poli de Castro acredita ser
 75 importante citar os dados do Bolsa-Família também. Gisele de Cássia Tavares reforça que o gráfico
 76 apresentado mostra que a partir dos 12 anos de idade a população masculina começa a diminuir, e se
 77 acentua após os 14 anos. Até os 10 anos de idade a população de meninos é maior, e nos três
 78 primeiros anos de vida morrem mais meninas. Em seguida apresenta dados sobre os objetivos do
 79 milênio em relacionados à realidade local. Marcia Terezinha Piva sugere que se há como demonstrar
 80 por região de Londrina os mais de 6.000 adolescentes que vivem abaixo da linha de indigência. Lílian
 81 Mara Consolini Poli de Castro coloca que o critério do indicador de mortalidade infantil é de 0 a 01
 82 ano, porém no PPA está 0 a 05 anos. Gisele informa que esse é o critério dos indicadores do milênio
 83 e irá verificar. Lílian Mara Consolini Poli de Castro também pondera sobre o dado referente ao
 84 preenchimento da carteira de vacinação até um ano, que acredita que esse dado pode não ser real.
 85 Ficou de verificar o dado junto à Secretaria de Saúde e repassar para Gisele. Márcia Terezinha Piva
 86 sugere que a questão da gripe A seja contemplada junto com a dengue. Sandra Coelho salienta a
 87 importância dos dados de evasão escolar, em relação ao ensino fundamental, nos 5/6º anos, que é se
 88 concentra o maior percentual de evasão. Marcia Terezinha Piva consideram que faltam dados sobre o
 89 uso de substâncias psicoativas, atendimentos psiquiátrico e psicológico, e que isso já foi discutido
 90 nesse Conselho, Lílian Mara Consolini Poli de Castro sugere que seja agendada uma reunião com as
 91 Secretarias afins para alinhamento em relação aos dados coletados/apresentados. Ressalta também
 92 a importância dos dados de acidente de trânsito, pois há muita dificuldade em relação ao uso da
 93 cadeirinha. Em relação aos ameaçados de morte, o dado mais correto é o do Ministério Público,
 94 porém há muitos casos que não são registrados, relata Sandra Coelho. Sugere a coleta de dados de
 95 mortes não naturais de adolescentes, e que empiricamente tem se observado aumento dessas mortes
 96 nos últimos anos. Kátia Pires Bepalhok informa que é possível buscar esses dados junto à Acesf,
 97 que possui esse registro. Gisele de Cássia Tavares relata que também é importante incluir a
 98 manutenção dos serviços já existentes e melhorar a qualidade dos serviços prestados. Lílian Mara
 99 Consolini Poli de Castro sugere incluir indicadores em relação à sífilis e tuberculose. Sugere-se
 100 também a inclusão de dados de suicídio e pessoa com deficiência. Acrescer também um corte racial
 101 em relação aos negros, que há dados disponíveis, principalmente no que se refere ao Ato Infracional.
 102 A tarefa deste Conselho é identificar se as ações contempladas no PPA atendem a realidade do
 103 município na área da criança e adolescente. O PPA apresentará o programa geral, o CMDCA poderá
 104 propor ações às diferentes Secretarias, para atender ao diagnóstico, explica Gisele de Cássia
 105 Tavares. Antônio Irineu Barrinuevo considera que o assunto é amplo, que poderia ter sido pautado
 106 extraordinariamente seria mais proveitoso. Porém, não deixa de ser rico. O CMDCA pode indicar em



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

107 que medida a discussão ficou aquém e se necessário agendar outra pauta, se houver consideração
 108 que houve prejuízo. Tércia Lamônica de Azevedo Oliveirare lembra que até 28/03/13 é o prazo para a
 109 primeira etapa do PPA, que é o momento da caracterização do programa, diagnóstico, objetivos e
 110 indicadores. Que na plenária foram levantadas muitas sugestões de inclusão de dados e, portanto,
 111 devemos estabelecer uma dinâmica que os representantes das áreas busquem os dados e repassem
 112 para a Gisele de Cássia Tavares, visto que ela está com muitas atribuições no momento, e com
 113 estrutura reduzida de pessoal, que está trabalhando praticamente sozinha no programa. Telcia
 114 Lamônica de Azevedo Oliveira sugere criar uma comissão para levantar e repassar para Gisele de
 115 Cássia Tavares dados que o CMDCA julgar importante. Lílian Mara Consolini Poli de Castro
 116 preocupa-se em agilizar a coleta de dados, mas é necessária a formalização de solicitação aos
 117 Secretários. A plenária pontua como inviável a criação de uma comissão, pois não há tempo hábil.
 118 Edson Antônio de Souza pondera que há muita intersectorialidade na apresentação tendo em vista que
 119 muitos dados estão sendo trabalhados também por outras Secretarias. Deve ser levado em conta que
 120 os dados utilizados sejam validados pela Secretaria de origem, para não haver distorções. E que as
 121 ações a serem executadas serão por outras Secretarias, que devem ser discutidas também por elas.
 122 Reforça que nós, enquanto Conselho, temos que apontar quais são os problemas que serão
 123 trabalhados por outras Secretarias/Políticas e assim serem priorizados nas diferentes políticas.
 124 Patrícia Grassano Pedalino reforça a validação das informações constantes neste documento por
 125 todos os Secretários afins. Continua dizendo que, outro ponto, o CMDCA vai discutir proposições com
 126 todas as políticas que passarão por aqui. Portanto, se faz necessário conhecimento de dados da
 127 realidade para fazer isso de forma equacionada frente aos recursos disponíveis. A Conselheira
 128 Tutelar Verônica Sabino dos Santos reforça a importância da discussão destas questões com a
 129 segurança pública, visto os fatos que estão acontecendo nas escolas. *** Sandra Coelho reforça a
 130 importância da Secretaria Municipal e Estadual de Educação, pois o “nó” da evasão está acontecendo
 131 na transição do municipal para o estadual. Patrícia Grassano Pedalino coloca este ponto relacionado
 132 à educação de qualidade, que muitas vezes quando o adolescente chega na educação estadual com
 133 os conteúdos defasados e não consegue acompanhar, muitas vezes até sem saber ler e escrever.
 134 Tércia Lamônica de Azevedo Oliveira relata que em reunião recente com o NRE, a escola estadual
 135 recebe um aluno do municipal sem informações, como um aluno novo. Lílian Mara Consolini Poli de
 136 Castro sugere que uma lógica interessante seria a saúde apresentar o PPA que está sendo proposto
 137 por aquela secretaria para a Criança e Adolescente. Não adianta a saúde ter um diagnóstico e aqui
 138 ter outro. Inclusive a prioridade da criança e adolescente não está sendo priorizada em todas as
 139 Secretarias. Gisele de Cássia Tavares reforça que os dados coletados são todos oficiais, com recorte
 140 temporal. Sugestão: remessa do PPA para conselheiros representantes das áreas, para gerir junto à
 141 Secretaria para analisar e sugerir/inserir os dados da referida Secretaria; colocando o dado oficial e
 142 uma ressalva com os dados atuais disponibilizados pela Secretaria afim. Tércia Lamônica de Azevedo



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

143 Oliveira informa que a Secretaria de Educação passará ter acesso ao IRSAS, que é uma conquista.

144 Gisele de Cássia Tavares informa ao CMDCA que os compromissos assumidos pelo Prefeito ainda

145 enquanto candidato, serão contemplados no PPA. **4) Conferências Municipais:** foi incluído, porém

146 suprimido devido não haver mais tempo. **5) Projeto OAB:** suprimido também. **6) Relato das**

147 **Comissões: Comissão de Cadastro:** Espro - Escola Profissionalizante: as informações não vieram a

148 contento, não se encaixa nos critérios exigidos, foi realizada visita, comissão não favorável ao

149 registro. O Centro Cultural de Integração e Artes”” também não se enquadra nos critérios, comissão

150 não favorável ao registro. O Nuselon solicitou atualização de registros, tudo correto, parecer favorável.

151 Instituto dos Cegos, através de sua representante assistente social EdnaViana da Silva relata

152 situação em relação ao Projeto “Para que todos vivam bem”, que será financiado pelo CEDCA, e

153 aprovado em reunião anterior pelo CMDCA. Após o envio para o CEDCA, o valor original do projeto

154 era de R\$ 50.000,00, que seriam totalmente custeados pelo FIA. Entretanto, um engenheiro do

155 Estado analisou o projeto e as planilhas apresentadas pela Instituição e as enquadraram numa tabela de

156 custos padrão do Estado, e o valor do projeto passou a ser de R\$ 91.851,99. Diante disso, o ILITC

157 propõe uma alteração na planilha de custeio, onde a Instituição se responsabilizaria pelos R\$

158 41.851,99 complementares. Porém, a plenária não teve condições técnicas para analisar a situação,

159 por envolver recursos do FIA, regras do tribunal de contas entre outros detalhes específicos.

160 Encaminhamento: Verificação da Comissão de Fundos para apresentar parecer à plenária. Comissão

161 de Serviço Convivência: Miriam Pastor relata dificuldades levantadas na Comissão quanto ao

162 atendimento do Conselho Tutelar como não continuidade ao acompanhamento, ausência de retorno

163 em relação aos casos, não participação nos estudos de casos sobre adolescentes. Esta comissão

164 tirou um fluxo de encaminhamento, que será formalizada ao Conselho Tutelar a solicitação de

165 atendimento, caso não haja retorno, a Vara da Infância será informada. Enfatiza que a situação não

166 generaliza os Conselheiros Tutelares. Lílian Mara Consolini Poli de Castro e Alexandre Sanches de

167 Oliveira sugerem que esta orientação pode ser instituída também para outros serviços/políticas, pois

168 também observam as mesmas dificuldades. Miriam Pastor relata ainda outra situação envolvendo a

169 Educação, sobre mudança de turno na escola; Adolescente que participa do contraturno escolar e

170 solicita declaração de o Adolescente participa de atividades de contra-turno escolar, e assim deixa de

171 incluir o Adolescente no reforço da própria escola, visto que ele participa na Instituição, porém, o

172 objetivo dos atendimentos das instituições é alcançar crianças e adolescente que realmente não

173 tenham outra oportunidade de apoio/reforço escolar. A Comissão foi informada do fechamento de

174 algumas escolas integrais. Marcia Terezinha Piva relata situação de duplicidade de atendimento:

175 crianças que são colocadas nas entidades e nos Projetos da SMAS, que não deveria acontecer.

176 Patrícia Grassano Pedalino informa que agendará uma reunião com representantes da Secretaria de

177 Educação e da SMAS para discutir essas questões. **7) Articulação das Comissões de Trabalho:**

178 suprimido. **8) Relato dos Conselhos Tutelares:** Mirko Sandro Bressanini informa que o Conselho



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

179 Tutelar Norte está trabalhando apenas com três conselheiros, dois estão de atestado médico. Antonio
 180 Irineu Barrinuevo relata os trabalhos da Comissão de Acompanhamento dos Conselhos Tutelares:
 181 que estiveram reunidos no Conselho Tutelar Norte e criaram um instrumento com os principais dados
 182 de atendimento a serem repassados ao CMDCA mensalmente. Também foi solicitada a retirada de
 183 arquivos da sede do Conselho Tutelar, pois não há espaço. Houve discussão sobre o carro, mas que
 184 por enquanto dá para trabalhar desta forma, mas que cada Conselho Tutelar está pleiteando dois
 185 carros. O entendimento da comissão em relação ao carro sem motorista, é de que o Conselheiro
 186 Tutelar não deve sair sozinho com o adolescente, se for o caso, outro conselheiro deve acompanhar.
 187 Usando o bom senso daria para trabalhar assim. Que quando não há criança ou adolescente no carro
 188 o conselheiro pode ir sozinho. Informam ainda que o Conselho Tutelar Norte está abrindo às 09h30 da
 189 manhã, pois o vigilante só chega às 09h00 e está gerando muitos transtornos. Patricia Grassano
 190 Pedalino informa que em relação à falta de conselheiros no Conselho Tutelar Norte não é possível
 191 fazer reposição através do chamamento do 16º conselheiro como havia se pensado porque a lei não
 192 permite. E que irá verificar a situação para que o vigilante possa assumir o posto as 08h00 da manhã,
 193 e assim o Conselho Tutelar Norte poderá atender a partir desse horário. A região do Vista Bela é
 194 demandatária de 45% dos atendimentos do Conselho Tutelar Norte, demanda muito alta. Por conta
 195 disso, estão sendo distribuídas 20 senhas por dia para atendimento no Conselho Tutelar Norte. Os
 196 casos urgentes são triados pelo funcionário administrativo e priorizados o atendimento no plantão ou
 197 com senha para voltar com senha preferencial no dia seguinte. A Comissão de Acompanhamento dos
 198 Conselhos Tutelares deve sistematizar as demandas e passar para a SMAS ver o que é possível
 199 encaminhar, conforme Telcia Lamônica de Azevedo Oliveira solicita. Antônio Irineu Barrinuevo
 200 encerra dizendo que local Vista Bela deve ser priorizado em relação a investimentos. Dentro dos
 201 ônibus do transporte escolar a situação continua caótica, falta de respeito. **8) Informes:** Tércia
 202 Lamônica de Azevedo Oliveira passa informe sobre gestão do FMDCA, em relação a problemas na
 203 documentação a ser fornecida aos destinadores do FMDCA. Com a mudança ocorrida no ano
 204 passado, os 3% foram destinados direto ao FMDCA e não era doação casada. Problemas na
 205 identificação dos depósitos, na comunicação com a Receita Federal, além do problema sobre o
 206 cadastramento de Londrina na Receita Federal para receber as doações, sobre gestor do fundo. As
 207 inconsistências deverão ser informadas à Receita Federal até 28/03/2013. Estratégia para solução do
 208 problema é conferir os depósitos um a um, para gerar a DBF de maneira correta. O CMDCA está
 209 empenhado em resolver a contento esta situação, visto que houve um esforço grande do SINCOLON
 210 em incentivar a doação dos 3% ao FMDCA. E a partir de 01/04/2013 será possível destinar para
 211 Londrina corretamente. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a presente reunião e
 212 para constar eu, Gisele Dobis Toreto, primeira secretária do CMDCA, lavrei a presente ata.